

COLEÇÃO PSICANÁLISE E EDUCAÇÃO

Coordenador: Dr. Leandro de Lajonquière - USP

Conselho Editorial: Dr. Sérgio Costa Borba - UFAL

Dra. Sandra Mara Corazza - UFRGS

Dra. Sandra Francesca Conte de Almeida - UnB

- *Infância e ilusão (psico)pedagógica*

Leandro de Lajonquière

- *A função do filho - Espelhos e labirintos da infância*

Esteban Levin

- *A questão da ética no campo educativo*

Francis Imbert

- *A arte de formar - O feminino, o infantil e o epistemológico*

Marcia Neder Bacha

- *A construção adolescente no laço social*

Serge Lesourd

- *O infantil - Lacan e a modernidade*

Maria Cecília Galletti Ferretti

- *Clínica e educação com as crianças do outro espelho*

Esteban Levin

- *Educar: uma questão metodológica - Proposições psicanalíticas sobre o ensinar e o aprender*

Ana Carolina Corrêa Soares de Camargo

- *Saber falar - Como se adquire a língua?*

Alfredo Jerusalinsky

- *O Infantil na Psicanálise - O que entendemos por sintoma na criança*

Robert Lévy



Leandro de Lajonquière

Figuras do infantil

A psicanálise na vida cotidiana com as crianças

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Lajonquière, Leandro de
Figuras do infantil : a psicanálise na vida cotidiana com as crianças / Leandro de Lajonquière. - Petrópolis, RJ : Vozes, 2010.

Bibliografia

ISBN 978-85-326-4039-0

1. Educação 2. Pedagogia 3. Psicanálise 4. Psicologia Educacional I. Título.

10-05749

CDD-370.15

Índices para catálogo sistemático:

1. Educação e psicanálise 370.15
2. Psicanálise e educação 370.15

 EDITORA
VOZES

Petrópolis

condição por ter passado dos limites. Porém, uma vez livre do dever de analisar, bem pode tomar partido nas discussões em torno da vida junto às crianças esperando – como dizia Hanna Arendt – recolocar uma e outra vez o mundo no seu ponto *justo* e, dessa forma, inocular o germe do ato de se tentar o impossível.

II

A educação e a reprodução d'isso¹ que nos faz humanos

¹ Referência ao inconsciente.

As disjuntivas e versões da pedagogia

“Ensinar algo a uma criança” ou “esperar que ela se desenvolva”, eis o dilema que ainda insiste em tomar conta do discurso (psico)pedagógico hegemônico no Brasil de forma particular. Dependendo dos modismos do momento, das circunstâncias, situações e ambientes, bem como das crianças e/ou dos adultos envolvidos, um desses dois extremos pedagógicos é o que insiste em primar sobre o outro. No entanto, o comum dos mortais tenta perante uma criança se desembaraçar do império ideal desse dilema na medida do possível, uma vez que a sua sustentação implica um mal-estar psíquico em nada desprezível.

Todavia não é graças a um simples ponto intermediário entre o voluntarismo ingênuo e o abandono cínico que se consegue sair de tamanha neurose pedagógica. A busca desesperada por este ponto impossível é, por sua vez, também uma de suas típicas figurações. É por isso – aliás – que uma das modas mais recentes, na pretensão incondicional de fugir de tão desconfortável dilema, consiste em elevar à categoria de ideal psicopedagógico o mesmíssimo e fantasiado ponto intermediário. Semelhante proposta é, contudo, mais do mesmo de sempre, uma vez que a simples proposta de um ideal, por mais intermediário que se pretenda, acaba regurgitando o extremo contrário e, assim, recolocando novamente a fantasia de vir a se encontrar uma nova postura intermediária.

A maioria dos adultos coloca em prática na educação, mesmo que possa não ter muita ciência disso, uma mistura

sui generis – porém não necessariamente intermediária – entre o oito e o oitenta pedagógico. Isso não é de fato ruim, embora assim o possam lamentar não poucos vigilantes epistemológicos de plantão que pretendem “embasar cientificamente” as práticas educativas, sejam ou não formais².

Na vida cotidiana junto às crianças, não há muita margem para extremos pedagógicos radicais, embasados ou não cientificamente. Mesmo que assim pretendêssemos para nada sabermos da castração na educação, as crianças, em última instância, encarregar-se-iam, à sua maneira, de chutar nossas sempre boas e justificadas pretensões pedagógicas. Por quê?

A educação não se processa no sempre sonhado “preto no branco” pedagógico: ela conjuga-se num leque de cinzas. Isso é assim porque simplesmente é quase impossível ser de outro jeito. A não ser quando a louca perseverança por parte do adulto em realizar um ideal pedagógico não deixa brecha entre duas matrizes de cores e resulta, contudo, numa educação que não se preza. Maud Mannoni reservava para essa situação-limite de uma educação que não se preza a nomenclatura “Educação Impossível”. Infelizmente, semelhante possibilidade, embora extrema, entranha em princípio um destino funesto para uma criança, conforme a clínica o constata não poucas vezes³.

O fato que as crianças acabem, à sua esforçada maneira, conquistando um lugar no mundo a despeito de sonhos pedagógicos e pesadelos cientificistas adultos, não nos exime

² Há particularmente estabelecida no Brasil uma linha de pesquisa e trabalho em Psicologia de Educação que procura “identificar” as “epistemologias subjacentes” às práticas escolares dos professores.

³ A seguir, neste livro, tratarei do caso paradigmático da educação de Victor de l’Aveyron – uma criança dita selvagem – encampada pelo médico francês Jean Itard (1774-1838).

de analisarmos esse tolo dilema. Muito pelo contrário, diria que nos implica ainda mais nessa direção. Seja qual for o desfecho numa história singular, o império da disjuntiva pedagógica não é inócuo. Em outras palavras, ela nunca é sem consequências na nossa vida junto às crianças.

Tanto a ideia de ser possível ensinar à vontade o que quer que seja – quando assim o quisermos, seguindo um programa mais ou menos estabelecido – quanto aquela oposta de se esperar que a criança aprenda sozinha, são ambas tributárias de uma mesma fantasia naturalista. Isto é, trata-se de uma espécie de crença na existência de um princípio operativo exterior ao funcionamento discursivo que contemplaria de uma vez por todas a gama dos possíveis psíquicos. Dessa forma, toda intervenção por parte do adulto supõe-se destinada a ecoar do lado da criança, assim como, de outra feita, a interioridade da criança estaria apta a revelar, a seu devido e já programado tempo, as atualizações de suas potencialidades, independentemente das contingências do dia a dia da vida. Nada do que vier acontecer é de fato da ordem de um acontecimento, mas atualizações de possíveis no interior de um conjunto onde, finalmente, reinam a harmonia e o equilíbrio mudo do organismo.

Em suma, a disjuntiva própria ao discurso pedagógico hegemônico – ensinar ou esperar – não é nem sequer uma disjuntiva: trata-se de um falso dilema. Seja o que for, a intervenção adulta nesses moldes é pensada desprovida de qualquer efeito verdadeiramente subjetivante, passível de participar da criação de uma novidade psíquica. Em última instância, o jogo já foi loucamente jogado de antemão e, embora ambos sejam sempre os perdedores, a criança, por ter chegado ao mundo após o adulto, tem sempre mais a perder.

O abandono da clássica ilusão naturalista requer uma outra operação que a procura do batido justo médio.

Infelizmente, a metade de uma ilusão não é mais do que uma outra miragem. Ao contrário, ela deve ser atravessada, perfurada, para assim ser subvertida e abandonada à beira da travessia, tem a ensinar a psicanálise. A ilusão mascara a realidade impossível do desejo em causa na educação, a tal ponto que uma criança bem pode enfrentar sofridas dificuldades no seu percurso de um lado ao outro no campo da palavra e da linguagem com vistas à conquista de uma posição de desejo.

É fato que na educação de uma criança o adulto tanto "ensina" quanto "espera". Se assim não fosse, a educação seria de difícil acontecimento. Se o adulto não ensinasse, não mostrasse - deliberadamente e inconscientemente - "como é que se faz" não haveria nada para ser apre(e)ndido por parte da criança. Por outro lado, se o adulto não doasse para a criança, bem como a si mesmo, o tempo da espera, então, a criança não teria tempo nenhum para apre(e)nder a fazer como os outros. Quando um adulto ensina, mostra, ensi(g)na, isto é, coloca em signos, não faz mais do que lançar a palavra ao rodeio. A palavra retorna através da criança e, assim, marca o apre(e)ndido. Mas a possibilidade de seu retorno implica o tempo, reclama uma espera, aquela necessária à conquista de uma posição subjetiva com relação ao desejo em pauta no ato. A palavra e seu retorno marcam, em filigrana, o compasso de uma educação e, portanto, se o adulto nada "ensina" e nada "espera", ela só pode se revelar impossível.

Colocarmos a problemática nesses termos é o primeiro passo para deixar de lado o dilema inicial. Evidentemente, trata-se de um "outro ensino", bem como de uma "outra espera" diferente daquelas do clássico dilema pedagógico. Proponho, então, pensar a educação no interior do campo da palavra e da linguagem animada pelo desejo e, dessa forma, colocar em relevo o seu estofo de laço social.

Nesse sentido, situo-me longe da procura de qualquer ponto intermediário. Subvertemos o par mesmo de termos. No entanto, que não formem um par, isso não quer dizer que "ensinar" e "esperar" não existam um sem o outro. Ambos se implicam mutuamente, porém não de forma complementar, como poderia se pensar. A relação entre ambos é de suplência, portanto, no coração da educação, algo sempre restará. Justamente se assim não fosse, não haveria lugar para *um sujeito da educação*.

O sujeito da educação não é outro que o sujeito do desejo em termos psicanalíticos, como Freud bem alertou quando, por ocasião do já comentado *Prefácio* ao livro de August Aichhorn (1925: 3.217), afirmou que educação e análise coincidem no "mesmo objetivo", embora sejam totalmente diferentes. Em outras palavras, o sujeito da educação é o mesmo sujeito do desejo sexual infantil e inconsciente: não há um sem o outro, e vice-versa, no interior da única existência que conta - aquela do campo da palavra e da linguagem -, pois para nós "humanos" todo o restante é ironicamente "papo-furado".

É comum pensar que uma criança, há pouco um bebê, por encontrar-se em pleno desenvolvimento chegará ao momento no qual será um(a) jovem para, finalmente, tornar-se um homem ou uma mulher "adultos". De antemão, não há dúvidas que assim seja.

Nessa mesma direção, tampouco surgem dúvidas de que a infância seja uma idade natural da vida na qual acontece justamente o filão do desenvolvimento das "capacidades cognitivas" e da "afetividade". Talvez seja a aquisição da fala e da palavra o produto por excelência do chamado desenvolvimento infantil. Essa aquisição - síntese do "cognitivo"

e do "afetivo" - é considerada resultado do desenvolvimento da capacidade da linguagem dada no organismo, em sintonia com o ensino direto dos adultos ou - como também se costuma dizer ultimamente - do aprendizado "mediado" por eles.

As coisas bem podem ser dessa forma. No entanto, o fato de se pensar com muita certeza que assim sejam instala automaticamente o império mesmo dos dilemas pedagógicos de plantão e é aí, sim, que começam os problemas. Os adultos passam a perseguir de forma decidida a miragem naturalista que dá estofa àqueles, escorregam na direção de uma inevitável degradação da ordem ternária - *real*, *simbólico* e *imaginário* - justamente na qual se desdobra a educação de uma criança e, assim, concluem na entificação do *sujeito*.

Por isso mesmo, insisto no exercício de interrogar a ilusão naturalista. No embalo de uma canção popular latino-americana, diria que tal ilusão é um monstro grande que pisa firme contra a inocência da gente⁴. Se a ilusão naturalista chega a se fazer carne, ela embota a implicação subjetiva do adulto na educação de uma criança e instala a chance de que os três registros da mesma percam a sua amarra na filigrana da palavra. Por outro lado, se alguém com nome e sobrenome declara - como se diz - "da boca para fora" que acredita em toda sorte de criaturas pedagógicas naturais, mas no calor da hora age conforme o desejo que o anima, então, o desdobrar da educação fica resguardado. Semelhante possibilidade é mais comum do que temos tendência a pensar e não deve nos surpreender: é justamente a marca da castração na qual estamos tomados e da qual, precisamente, nada queremos saber quando sucumbimos à moda

⁴ Em particular, entoada belamente pela dupla León Gieco e Mercedes Soza.

xiita do discurso (psico)pedagógico hegemônico. Em suma, do que se trata é de não ultrapassarmos certo limite além do qual a educação acaba por converter-se num fato de difícil acontecimento.

A psicanálise possibilita pensar as transformações que um recém-nascido experimenta na sua travessia de virar gente grande sob uma perspectiva diferente de como habitualmente se pensa. Ela subverte o algoritmo próprio de toda ideia de desenvolvimento ou de atualização do que já está dado ou inserido - as capacidades - em potência no pequeno organismo que chega ao mundo.

A forma costumeira de pensar o que se chama desenvolvimento cognitivo e/ou afetivo resume-se em postular que tanto um quanto o outro ingrediente existe e opera "primitivamente", graças à *interação* e/ou à *estimulação* e/ou à *construção mediada* dos adultos⁵ de forma que atinjam patamares mais evoluídos de humanidade. Nesse mesmo sentido, a educação - aquilo que se passa na vida entre um *velho* e uma criança - é a outra cara do desenvolvimento pretendido, embora sempre já pré-dado. Educar, então, seria simplesmente estimular, interagir e/ou mediar.

Aquilo que é objeto de desenvolvimento já está contido no organismo que, por isso mesmo, é considerado dotado de humanidade. É, de fato, o sujeito do qual se fala na pedagogia acaba sendo, mesmo, o "organismo em desenvolvimento". No entanto, como sabemos, há pedagogias mais próximas ora da direita ora da esquerda política. Isso não é sempre fácil de visualizar. Em particular na América Latina,

⁵ Dependendo do modismo pedagógico é um ou outro termo que ocupa a cena.

uma vez encerradas as ditaduras militares, as modas pedagógicas passaram a reivindicar serem todas progressistas.

Num extremo, uma pedagogia de direita é aquela que à sua maneira está tomada na fantasia dos "dons". Uns nascem com certos dons, outros com poucos e, finalmente, outros com nenhum que valha a pena desenvolver. Trata-se do *apartheid* psicopedagógico. Assim, ela oscila entre estimular verdadeiramente uns, para ganhar tempo e dinheiro, compensar a desgraça dos segundos e, por último, confinar de diferentes formas os outros sem dom nenhum que à vida chegaram, como mais uma prova de que "eles" são diferentes de "nós mesmos".

No outro extremo, uma pedagogia – supostamente – é de esquerda quando está tomada na fantasia de um sujeito plástico, fadado à sociabilidade e à clareza da consciência, portanto, ávido de apreender tudo aquilo que lhe é ensinado por aqueles que já são ou foram iluminados. Trata-se de um voluntarismo que por ser ingênuo não acaba por subverter o *status quo* escolar latino-americano.

O discurso (psico)pedagógico hegemônico opera uma síntese desses dois extremos. Assim, temos que o organismo traz consigo – como um dom – a humanidade em germe conforme circunstâncias diversas⁶ a ser desenvolvida pela educação, seja estimulação, interação ou mediação, bem como também tudo isso junto ao mesmo tempo. A educação se processaria conforme uma planificação pedagógica já estabelecida passo a passo em nome de descobertas das ciências as mais variadas que permitem "conhecer como um todo" esse indivíduo com o qual se trabalha. Por sinal, isso é fundamental. Pensa-se que não se pode educar ninguém se não

⁶ Circunstâncias favorecedoras como bons genes e pais leitores ou circunstâncias desfavorecedoras como uma má alimentação, desmame precoce, pais analfabetos, etc.

se conhece suas necessidades e/ou interesses. A educação é fantasiada nos registros da "doação" e da "necessidade" e, portanto, não se pode dar nada que não venha a satisfazer uma necessidade mais ou menos conhecida. Não dar nada além da conta! Não apenas para não se gastar demais, mas fundamentalmente para assim satisfazer o educando na medida naturalmente adequada. Tudo deve ser bem ajustado e nada deve ficar fora do lugar! Nada de resto. Por que essa convicção? Creio pessoalmente que a explicação esteja dada pela formulação desta pergunta retórica, na esteira de um provérbio espanhol: para que ficar dando pão a quem Deus não deu dentes?

As pedagogias consideradas rapidamente como progressistas não conseguem deixar de lado o paradigma desenvolvimentista e sua marca, em última instância, reacionária. A educação é pensada como a "elevação" passo a passo do ser de um patamar simples a outro evoluído, graças à operação de um já concluído-evoluído no percurso de esclarecimento ou de socialização da consciência, o suposto adulto.

Essa matriz pedagógica, não se admirem, é a mesma matriz da catequese conquistadora e/ou colonial. O primitivo vive em pecado e nem sequer é ciente disso. O evoluído, porém, sabe disso, bem como quer fazer o bem. Aos poucos, irá elevando metodicamente o ser primitivo, embora o "desnível" de origem – razão de ser da mesmíssima catequese – nunca se extinguirá. Por conta disso, deve haver uma vigilância contínua para evitar a recaída a níveis mais baixos, motivo pelo qual o ex-primitivo nunca fica livre de ser tutelado.

A meu ver o caráter reacionário reside no fato de que o suposto "desnível" na consciência religiosa ou crítica, no grau de iluminação, de evolução, de clareza espiritual, de socialização ou do que seja, é pensando justamente como isso mesmo: um "desnível" ou "desvio" na qualidade existencial

passível de ser diminuído, mas nunca apagado. Ele faz as vezes de indelével fossa psico-sócio-pedagógica, suscetível de deslocamento por obra e graça do método nas mãos dos iluminados de plantão.

A psicanálise não dá lugar a nenhuma pedagogia psicanalítica. Ela não é em si mesma – como tampouco as crianças – nem de direita nem de esquerda. No entanto, a elucidação psicanalítica das coordenadas operatórias da educação possibilita que a pedagogia não seja reacionária. A psicanálise indica as possibilidades que se instalam quando abrimos de fato mão de entificar o *sujeito*.

A subversão da psicanálise

A psicanálise possibilita pensar as vicissitudes próprias da emergência de um *sujeito do desejo* – operante em toda educação e reverso do *indivíduo da pedagogia*. Esse processo, chamado de *constituição*, por oposição à ideia do desenvolvimento de uma realidade pré-constituída, não é uma atualização de determinações prévias à “emergência” propriamente dita. Não há pronto um pré-sujeito ou um desejo menos evoluído: o *sujeito do desejo* opera ou, ao contrário, foi “foracluso”.

A constituição ou determinação do sujeito do desejo é o efeito de discurso que se tece junto a uma “matéria-prima inconclusa” a ser determinada. Essa matéria-prima em si é um “pressuposto abstrato”: não tem existência empírica e substancial anterior e exterior ao processo de produção discursivo. Ela não é como comumente se pensa – decididamente nas psicologias, mas também em algumas teorias psicanalíticas –, o organismo em desenvolvimento do bebê, sobre o qual viria a se acrescentar ou sobrepor a linguagem ou o simbólico.

Deixo de lado a ideia clássica do organismo como matéria-prima passível de desenvolvimento ou de transmutação evolutiva, sempre implícita em fórmulas do tipo *o homem é um animal racional* ou *um animal falante*. Que possuamos um organismo isso não significa necessariamente que, como sujeitos, sejamos o resultado de um acréscimo evolutivo sobre uma animalidade de base. O problema está em que a nossa humanidade, a nossa condição de falantes ou a dita

subjetividade é, para espanto de muitos, um defeito de animalidade. Ou seja, não exprime um estágio de animalidade posterior a um outro primitivo. A animalidade não está fadada ou destinada à fala, da mesma forma que a fala humana não está dada, não está escrita nem como possibilidade, nem como destino evolutivo.

Os animais não falam, entretanto, isso não os impede de se comunicarem com maior ou menor desenvoltura graças a uma linguagem sempre consistente. Vale a pena lembrar aqui os estudos do etologista, prêmio Nobel de Fisiologia em 1976, Karl Von Frisch, sobre a maneira das abelhas se comunicarem entre si (cf. BENVENISTE, 1976). A abelha que identificou a floreira com néctar retorna à colmeia e realiza uma dança composta de rodeios verticais e horizontais para informar a direção e o sentido, a respeito da luz solar, nos quais as outras devem voar. Porém, a engenhosidade da linguagem das abelhas só serve para veicular essa informação e, mais ainda, só por aquela abelha que tenha de fato localizado o néctar. As abelhas só veiculam informações que elas mesmas obtiveram na viagem de reconhecimento. Em suma: elas não fofocam. Que assim seja isso nada diz da retidão moral do *ser abelhístico*, mas apenas que a linguagem rodada uma e outra vez na dança não permite dizer meias verdades, ou seja, ela é consistente, cerrada.

As máquinas tão onipresentes na nossa vida cotidiana tampouco falam apesar de as aparências em contrário. A linguagem rodada por elas também é consistente e, portanto, não há lugar para semiverdades, nem para emergência de um sujeito da enunciação.

O médico e psicanalista Julio Moreno (2002) tece considerações interessantes sobre o que ele chama *o humano do humano*. Aquilo que nos caracteriza como humanos seria a capacidade de introduzirmos mudanças na forma de vida. Essa variação estaria motivada pelo fato de sermos capazes - também

os únicos - de tomar contato com a inconsistência "evolutiva". Comenta, ainda, que nossos parentes próximos, o *Homo Erectus* e o *Neandertal*, não apresentaram variações na forma de vida. Tanto um *Erectus* que habitou há 2 milhões de anos no Quênia quanto um outro que o fez na Sérvia há 700 mil anos possuíam os mesmos utensílios e hábitos de caça. Moreno assinala também que o mesmo se dá entre os animais que conservam sempre um mesmo padrão de conduta. No entanto, 40 mil anos atrás sobreveio um acontecimento do qual não se podem predicar as suas condições de emergência. Os homínídeos *Homo Sapiens*, já existentes e vizinhos dos outros há 160.000 anos, experimentaram um "grande salto" ou "explosão criativa" não acompanhado por nenhuma mudança genômica. A partir desse momento, o *Homo Sapiens* seguiu um caminho bifurcado, passando a ser o único incapaz de repetir uma informação com exatidão, bem como o único a padecer em termos aristotélicos de "repugnância lógica".

Nosso autor não diz que o "grande salto" na dita evolução da humanidade, formulado pelo biogeógrafo norte-americano Jared Diamond, seja o da emergência mesma do campo da palavra e da linguagem ou, se preferirmos, da função significativa. No entanto, é precisamente este quem faz do homem o único ser incapaz de duplicar sem diferença o conteúdo informacional de uma mensagem. Por sinal, é isso mesmo que as crianças tanto celebram com risos quando sentadas numa roda brincam de "telefone sem fio".

No entanto, meu interesse no raciocínio de Moreno não se limita a tirarmos esse único ensinamento. Interessa-me, mais ainda, assinalar que a moral dessa história é que não há moral na filogênese⁷, ou seja, o homem, bem como a fala

⁷ Como veremos adiante, esse caráter de gênese a-moral é reencontrado na ontogênese.

que faz dele um *falaser* – conforme o neologismo lacaniano –, não são a culminação de nada perfectível prévio. Este fato desmonta de vez o algoritmo do desenvolvimento vigente tanto nas análises filogenéticas quanto nas ontogênicas.

A tríade – formulada por Lacan – Real, Simbólico e Imaginário possibilita a seguinte tese: toda *cria de homo sapiens* nasce incompleta ainda que tomada num impulso à complementação ou acabamento biológico para sempre impossível. O caráter biológico incompleto da *cria* é real, enquanto a ânsia de totalidade faz pulsar o registro imaginário. O “complemento” é o simbólico, rodado uma e outra vez há 40 mil anos e, se o coloco entre aspas, é precisamente porque, sendo inconsistente, ele é de fato um suplemento que recoloca, por sua vez, novamente a incompletude primeira real.

O que se chama comumente desenvolvimento da criança resulta de marcas discursivas sobre uma matéria-prima que é a indeterminação da *cria sapiens*. Sobre as marcas primordiais se tece a marcação edipiana que implica a sujeição da carne a uma genealogia sexuada, antídoto contra o extravio no turbilhão do devir temporal que corre solto no interior do campo da linguagem e da palavra.

No entanto, a humanidade produzida nunca é exaustiva. A instauração discursiva do sentido produz, também, um avesso de sombra. A subjetividade é descentrada por esse efeito excedente da mesmíssima produção – o real – cabendo, portanto, pensarmos em termos de um sujeito cindido. A cisão do sujeito é real e se chama *desejo*.

O postulado desse avesso de sombra das representações – o desejo – é necessário para pensar as transformações ditas subjetivas. Caso contrário, seríamos obrigados a recorrer a uma instância autônoma à instituição discursiva capaz de engendrar as formas subjetivas e, assim, ficaríamos à mercê das garras de qualquer idealismo. A psicanálise permite

sustentar que as próprias práticas de produção de subjetividade engendram também “o outro” do sujeito, ou seja, o desejo, suscetível de relançar, uma e outra vez, o sistema trifásico do laço social à produção de um enodamento que contemple a inconsistência de origem.

Em suma, a subjetividade não é nem uma substância em desenvolvimento, nem uma entelúquia em vias de encarnação. Ela é um conjunto extensível de operações de uma linguagem singular que comporta os registros real, simbólico e imaginário, precipitado na indeterminação carnal do *sapiens*. O nó vazio dessas operações é o sujeito do desejo, reduzido assim ao sutil estofo de operador funcional.

Não há sujeito sem Édipo e sem castração ou, em outras palavras, é a operatividade dos chamados por Freud Complexos de Édipo e de Castração que recorta as fronteiras da subjetividade e instaura a dialética da demanda e do desejo no campo discursivo. Trata-se de uma afirmação que é da ordem de um postulado. Isto é, pode ser que as coisas não sejam bem assim, porém, é certo que sem eles a psicanálise desaparece.

A operatividade dos complexos de Édipo e de Castração implica a invenção de uma *ideia inconsciente de pai* ou a produção de uma *imago* de pai, no dizer de Freud. Esse pai inventado na e pelo funcionamento do campo da palavra e da linguagem não é mais do que a instalação de uma diferença, de uma exterioridade, no seio da realidade das ligações eróticas e incestuosas do *sapiens*. Esse processo linguageiro inconsciente entra uma *identificação simbólica* do candidato a sujeito à *ideia de pai*, fundação mesma de um sujeito no discurso. A *ideia de pai* amarra o funcionamento psíquico, o mesmíssimo discorrer discursivo em torno de

um real sempre estrangeiro. Assim, pai é uma ideia que carrega consigo tanto uma cota de *familiaridade* quanto de *estranheza*.

A *ideia inconsciente de pai* operante no discurso não deve ser confundida com os pais de todos os dias, com seus atributos e carências imaginárias. A gênese produtiva dessa ideia no interior do campo da palavra e da linguagem – o seu balizamento simbólico – recalca as emoções incestuosas e, assim, possibilita o desligamento da *cria sapiens* tanto da mãe quanto do pai. A primeira passagem da mãe ao pai é função da *fantasia originária* de castração que possibilita a atribuição fálica ao pai, deslançada pelo desmoronamento da mãe-onipotente. O pai dotado de *falo* separa imaginariamente a criança da mãe, porém não por isso cumpre ainda a sua função. O pai deve acabar se relevando também castrado, isto é, deve ainda despontar no horizonte a ideia inconsciente de que o pai também renunciou ao incesto para que, assim, por sua vez, a *cria sapiens* possa vir a se desgrudar do casal parental e dar lugar a uma outra família, passando pelo crivo não familiar do social. Assim sendo, a *ideia de pai* e sua elevação ao nível de *significante* discursivo não se confunde, nem se reduz aos atributos da pessoa do pai. No próximo capítulo tratarei em detalhes da sua ontogênese inconsciente, isto é, da experiência da castração por parte de toda criança edípiana⁸.

A conceitualização freudiana da função atribuída ao pai de proibir os desejos incestuosos – miolo do Complexo de Castração – é inseparável daquela do Complexo de Édipo. Assim que a realidade dos desejos edípianos se lhe impôs, Freud passou a sustentar a hipótese de sua universalidade

⁸ Aconselho os leitores, recentemente iniciados na psicanálise, a retornar novamente a este item, uma vez tendo concluída a leitura do próximo *Fazer-se menino(a)*.

e, portanto, passou também a dotar do mesmo caráter necessário à gênese da ideia. A matriz psíquica assim formulada se mostra operante além de contingências existenciais. Para explicar semelhante constância, Freud recorreu à tese da transmissão filogenética de *fantasias originárias* carregadas de desejos edípianos e, portanto, recalçadas.

Por conta da sua profissão de fé empirista sustentou que as encenações psíquicas dos desejos edípianos não podiam não ser marcas de um acontecimento de fato. Freud meteu-se, de vez, numa enrascada, da qual confessou, no final de sua vida, não saber como sair, qual fosse a transmissão hereditária de caracteres adquiridos⁹.

O postulado freudiano da transmissão hereditária dos traços mnemônicos recalçados é reforçado quando Freud, em *Totem e Tabu* (1912-1913), acredita ter isolado uma experiência factual responsável da *pregnância psíquica do Édipo/Castração*, qual seja, o assassinato coletivo por parte dos filhos do “pai da horda primitiva”, aquele que reservava para si o usufruto das fêmeas¹⁰. O elo para chegar a semelhante ponto foi a equivalência estabelecida entre a zoofobia infantil¹¹ e a lógica do totemismo. Por um lado, ao tempo que a criança edípiana foi igualada ao homem primitivo, o totem o foi ao pai. Por outro, a teoria darwiniana sobre a existência remota de um pai violento e ciumento,

⁹ Cf. *Moisés y la religión monoteísta*, p. 3.301. Nos anos trinta, a tese da transmissão hereditária dos caracteres já tinha sido descartada, à exceção dos biólogos de Stalin, cuja teimosia foi responsável por grandes perdas na agricultura russa coletivista. No entanto, Freud declara se lamentar do fato de não poder mesmo assim prescindir dela na psicanálise.

¹⁰ A questão desenvolvida à continuação será retomada novamente no capítulo *Infância, laço social e dívida simbólica*.

¹¹ Análises tanto do pequeno Hans quanto do menino Arpad, paciente de Ferenczi.

embora não tratasse das origens do totemismo, deu a Freud a possibilidade de pensar a origem da organização social das tribos matriarcais submetidas ao totemismo e ainda existentes na sua época. Freud derivou o totemismo, a exogamia e a herança por linha materna tribal do fato de os primitivos terem assassinado e comido coletivamente o pai da horda, tese postulada por Darwin. Mais ainda, derivou a proibição do incesto, implicada na exogamia tribal, da "obediência retrospectiva" dos filhos ao *pai-morto*.

O raciocínio avançou da seguinte forma: o Édipo/Castração explicou a zoofobia, esta remeteu ao totemismo, o totemismo juntou no tempo os primitivos, a teoria darwiniana sobre os "mais primitivos" acabou dando o tirano protopai que, por sua vez, a análise da comida totêmica permitiu inferir ter sido, de fato, assassinado. Assim, Freud acabou, finalmente, encontrando na origem o acontecimento que tanto reclama sua insistência empirista quanto à necessidade de se estabelecer a universalidade psíquica do Édipo/Castração.

A dedução freudiana é circular: explica a ontogênese pela filogênese e esta última pela primeira, uma vez que sentenciamos que os primitivos planejaram coletivamente o assassinato do chefe por estarem insuflados pelos mesmos desejos edípicos que as crianças atuais.

Esse círculo vicioso, segundo Lévi-Strauss (1949), é responsável, em definitivo, pela não explicação pretendida da origem da proibição do incesto. Freud "faz nascer o estado social de procedimentos que já o supõem" (p. 569), uma vez nunca ter havido agrupamento social sem proibição do incesto. Mais ainda, afirma: "A ontogênese não reproduz a filogênese [...] só podemos falar de explicação a partir do momento em que o passado da espécie põe-se em jogo, a cada instante, no drama infinitamente multiplicado de cada pensamento individual, porque, sem dúvida, o mesmo

não é mais que a projeção retrospectiva de uma passagem que se produziu, posto que se produz continuamente" (p. 568-569). "As satisfações simbólicas às quais se inclina a nostalgia do incesto, segundo Freud, não constituem então a reminiscência de um acontecimento [...] são a expressão permanente de um desejo" (p. 569). O antropólogo tem toda a razão, mas sua crítica implica a desconsideração da hipótese freudiana sobre uma pré-história do humano e, portanto, acaba nos privando da oposição *horda paterna - aliança fraterna* operativa quando se trata de pensar a vida na *polis*. Esse tema será retomado no capítulo final do livro.

O caráter circular do raciocínio freudiano não exprime outra coisa que a solidariedade *lei/desejo* ou, em outras palavras, o fato de a *interdição* e o *desejo* não constituírem realidades pré-formadas, porém efeitos inerentes à sujeição mesma do *sapiens* à linguagem. Semelhante afirmação não resolve o problema da origem que atormentava Freud, porém ele o deixa de lado, ao tempo que possibilita à psicanálise se livrar da incômoda transmissão filogenética.

Para não perdermos de vista a oposição *horda/aliança*, só resta, então, subvertermos a questão: não há nem *origem* nem destino evolutivo da solidariedade *lei/desejo* própria do humano, mas simplesmente um ato de *invenção* precipitada, instituinte *a posteriori* de uma gênese embora não teleológica.

Michel Foucault em *A verdade e as formas jurídicas* (1973) lembra que Nietzsche opunha *origem - Ursprung - a invenção - Erfindung*. Semelhante dicotomia permitiu ao filósofo alemão criticar a tese de seu compatriota Schopenhauer sobre a origem da religião a partir de um sentimento metafísico prévio¹². Foucault chama a atenção para o fato de

¹² Por sua vez, Freud no *El malestar en la cultura* vai analisar o fato de se justificar a religião num sentimento oceânico primário e singular.

a moral, a religião, a poesia e o conhecimento terem sido *inventados*, isto é, serem efeitos de uma ruptura ou um "pequeno começo, baixo, mesquinho e inconfessável" (p. 15).

Nesse sentido, penso que a mesmíssima linguagem também foi *inventada* precipitadamente a partir de uma realidade literalmente muda. Em outras palavras, a linguagem não está escrita como destino. A gênese não é teleguiada. Por outro lado, como é na sutil realidade da linguagem em que é selado o pacto lei/desejo, concluo que foi no interior de uma horda de *sapiens*, condenada ao silêncio por um tirano gozador mantenedor do controle eliminando seus concorrentes, que teve lugar a invenção tanto da linguagem quanto da proibição do incesto. A invenção da linguagem, uma vez precipitada, marca a passagem - irreversível no real do devir temporal - da horda primitiva à aliança fraterna. Certamente, os *sapiens* postergados não puderam pactuar a aliança quando da digestão do tirano, permanecendo fora da ordem da linguagem. Contudo, não custa nada imaginar que a linguagem deve ter precipitado, então, quando no meio da correria alguém balbuciou, por acaso e pela primeira vez, a ordem "avancemos irmãos!"

Dessa forma, sendo a estrutura da linguagem a mesmíssima precipitação do perpetrado suposto assassinato coletivo do tirano da horda, então, toda vez que uma *cria sapiens* chega ao mundo ela se sujeita, ou não, à linguagem e, assim, rememora, ou não, em ato, a proibição do incesto, reguladora da ordem do discurso. Em suma, toda criança que aprende a falar coloca em ato a invenção mesma da linguagem na filogênese.

Ao menos no campo aberto pelo ensino lacaniano se aceita, em princípio sem reservas, que o Complexo de Édipo está estampado na linguagem. Assim, a linguagem é a possibilidade *a priori* da sujeição do *infans* à castração simbólica e integra a *disposição constitucional*, no quadro das

séries complementares produtoras do psíquico segundo Freud.

Toda frase pronunciada obedece à sequência do par $S_1 - S_2$, cujo desdóbramento pressupõe o significante Nome-do-Pai ou a ideia de pai, significante por excelência, pedra de toque da inconsistência estrutural das línguas ditas naturais, bem como também maternas. O S_1 apela ao gozo da mãe, primeiro signo lido no Outro e o S_2 um outro signo convocado pelo sujeito para fazer consistir o primeiro que, por sua vez, convoca um terceiro e, assim, sucessivamente. A mãe ausenta-se no horizonte infantil por conta supostamente do pai. Conclusão, na formulação de cada frase o sujeito não faz senão que elevar o pai à categoria de significante, embora almeje encontrar um pai capaz de explicar - estabelecer uma proporção - a *castração materna*.

Nesse sentido, quando da formulação de uma frase, todo sujeito assassina um chefe onipotente e instala a possibilidade de se colocar no lugar um *pai-morto*. Em outras palavras, o ato mesmo de fala carrega a memória psíquica inconsciente do assassinato coletivo primordial do tirano na aurora dos tempos dos humanos *sapiens*.

Fazer-se menino(a)

Um recém-nascido não amadurece para se converter, dessa maneira, num(a) menino(a) dedicado(a) ao brincar, ao perguntar, ao desenhar e ao apre(e)nder as coisas do mundo dos grandes. Um recém-nascido não nasce nem menino nem menina! Não há nada em seu organismo que leve necessariamente a isso, apesar de que os termos maturação e desenvolvimento sejam de uso corrente. Ao contrário, pode-se dizer que é aquilo que não há de fato no organismo, isto é, o que a ele falta, o que o lança a se converter num(a) menino(a) que fala, pula, canta, inventa, desenha...

À cria do homem é impossível ser animal. No máximo, quando for grande, pode ser um homem rude, bruto, mas nunca um animal. No entanto, falta ao organismo recém-nascido a possibilidade mesma de ser um humano como os outros. É essa indeterminação que reclama para si uma formatação.

O organismo-bebê, lançado à busca do acabamento que lhe falta, defronta-se com uma mulher (en)lançada no fazer-se mãe. O organismo do bebê não encontra exatamente o que busca. Em lugar de formatação biológica, encontra uma mãe que fala, olha e toca. Se assim for, trata-se de uma mãe que o ama, que o admira. Isto é, uma mãe que mira o bebê, mas também que nele se mira ao ponto de não o poder largar. Deparar-se com uma mãe salva o bebê da morte, porém, ao mesmo tempo, introduz uma novidade estranha ao reino do orgânico.

Ao contrário do que comumente se imagina, o bebê nunca encontra a satisfação de suas necessidades orgânicas na medida certa. Encontra sempre um pouco mais ou um pouco menos e, por cima, tudo embebido em confusões amorosas. O amor que uma mãe destina ao bebê não formata a indeterminação orgânica inicial, pois, como sabemos, todo amor busca "sua metade da laranja", ou seja, busca a si mesmo. Os citoplasmas e o amor não se conformam mutuamente. As condições de possibilidade de um amor materno encerram em si mesmas, também, seu caráter sempre insuficiente. Apesar das aparências, o amor nunca é suficiente, ainda que possa ser asfixiante. É justamente aqui, neste ponto de um amor ofertado, mas concomitantemente em si mesmo insuficiente, que se instala a possibilidade da emergência de um bebê humano se sobrepor a um organismo condenado de antemão.

Só existe amor no interior do campo da palavra e da linguagem. Todo animal é movido por um instinto tão silencioso, quanto chegado às coisas claras e distintas. Sabe-se que animais da mesma espécie se comunicam entre si. Há quem diga que também haveria comunicação entre espécies diferentes. No entanto, animais não falam, pois não habitam nenhuma linguagem que possibilite a emergência da palavra. E como não falam, não se envolvem em novelas amorosas mais ou menos familiares! Entretanto, o homem não é um animal, é antes uma criatura sussurrada por amores sempre à meia-luz.

A palavra é de um estofo singular, pois, de um lado, alimenta o amor e, de outro, também o dissolve.

Uma mãe fala a seu pequeno desde antes de seu nascimento. Esse falar diz, então, de uma espera. De uma espera(nça) difusa, difícil de datar e de calibrar. Quando o bebê nasce, a mãe dia após dia toma-o nos braços, olha nos seus olhos e dirige-lhe palavras. Alimenta-o. Troca suas

fraldas. Embala e canta para fazê-lo dormir. De certo que a mãe pode se revelar mais ou menos hábil nesse manejo, pode inclusive tornar-se um pouco mais prática à medida que passam os dias. O amor também pode oscilar, porque não é constante. No entanto, há "algo" além de toda praticidade possível, de toda economia do amor, que faz a diferença. Trata-se do *desejo* que faz de toda *mulher* de plantão uma *mãe* não toda e, vice-versa, de toda mãe uma mulher não toda.

O desejo faz, a cada vez que uma mãe toma "seu" menino nos braços para olhá-lo, tocá-lo e falar com ele, faça-o de uma forma singular, não anônima. O desejo lança uma mulher - e não outra - a se endereçar como mãe a "seu" filho, produto de suas entranhas. O *desejo* carimba a maternagem com uma marca registrada. Foi ele que empurrou *uma mulher* a se haver com *um homem* - e vice-versa. Em última instância, foi ele o motor desta história, além de um sem-número de circunstâncias, na qual uma mulher acabou sendo engravidada por um espermatozoide. No entanto, a pontaria deste último não se traduz num encontro entre uma mulher e o homem. Ambos experimentam um desencontro nos registros do *gozo* e do *desejo* que a chegada do bebê recoloca, produzindo a cisão entre, por um lado, uma mulher e, por outro, a mãe. Justamente, com essa cisão é que a mãe terá que se haver a cada vez que se ocupe de "seu" produto.

O *desejo* e o *amor* são irreduzíveis entre si, embora inseparáveis. O amor - como se costuma dizer - se conforma com pouco, embora fique à espera de um amor a mais. Seja como for, sempre encontra o buscado. No entanto, ao contrário do amor, o desejo é constante e sempre radicalmente insatisfeito, pois a sua satisfação seria a reintegração pela mãe de "seu" produto, ou seja, o *incesto*. O desejo nunca acha o que procura, assim como também acha sem procurar. Uma mãe

visa ao reintegro do produto às entranhas do desejo, em que se guardam as chaves da própria aparição do bebê ou, em outras palavras, em que está escrita a cisão enigmática entre uma mulher e a mãe. À mãe é impossível reintegrar o filho no real, entretanto, isso não lhe impede de "comer o pequeno aos beijos" - como dizem as mães de língua espanhola¹³ - e apertá-lo e manuseá-lo e dá-lo a ver aos outros para que se veja como o bebê fazia falta. A indeterminação orgânica da cria do homem se dá de cara com o amor e o desejo no interior do campo da palavra e da linguagem. Em suma, depara-se com o significante e não com uma Mãe-Natureza.

Uma mãe dirige a palavra a seu filho em terceira pessoa. Não diz "você". O chama por seu nome - Ah, Pedrinho! Por esse nome que levou mais ou menos tempo para ser escolhido e que "deu o que falar" a um homem e a uma mulher¹⁴. Por outro lado, ela fala consigo mesma, dá-se a ver aos olhinhos do bebê, bem como se chama a si mesma de "mamãe". Faz perguntas a seu pequenino que ela mesma responde. Também fala consigo mesma, mas colocando as frases na boca do bebê. A "conversa" se reduz à enunciação reiterada de que ele é "seu" filho, que ela é "sua" mamãe, que ambos se entendem bem e que se amam mutuamente. Trata-se de uma conversa estranha aos parâmetros da vida adulta cotidiana, obsedada pelo processamento de informações.

O bate-papo materno tece um drama, uma cena entre uma mamãe e seu bebê, que não coincide exatamente com o espaço delimitado pela presença física e concreta dos dois. A mamãe põe em cena a conversa entre uma mãe e "seu

¹³ Uma mãe diz diretamente ao bebê na língua espanhola: "[...] *hum, hum, te voy a comer a besos*".

¹⁴ Mesmo que de fato o casal tenha se xingado, separado, guardado silêncio, o pai ido embora, a mãe não ter informado a gravidez, etc.

bebê" que, embora o seja, não é totalmente esse bebê que está de fato em seus braços. Esse drama, esse cenário teatral com seus personagens atravessa, inunda e transcende o encontro concreto entre a mãe e o bebê. Há um desdobramento permanente de cenas discursivas, de uma realidade de fantasias, de uma Outra cena.

O desdobramento das cenas se dá no compasso da insistência materna, do desejo materno. Uma mãe insiste em endereçar sua fala ao bebê. Ao fazê-lo, assinala que supõe no bebê uma inteligência igual à sua, assim como também a mesma vontade de participar do bate-papo. Se não supusesse que o bebê quer – tanto quanto ela – conversar, assim como também que ele tem a mesma inteligência que ela para entender do que se trata, por que insistiria em falar com ele(a)? De fato, é sabido que quando uma mãe recebe o diagnóstico de alguma síndrome ou, em particular, de surdez do bebê, para de falar com ele. Quando interrogada sobre isso, exclama: para que vou lhe falar se não me escuta? Sendo que o escutar é suposto que seja o ouvir mais o entender.

A insistência da palavra materna é a peça-chave daquilo que chamamos educação primordial, ou seja, a educação dos primórdios, dos primeiros tempos. Sem ela não há emergência subjetiva num além do orgânico próprio à espécie *sapiens*, impossível de ser animal, mas também não destinada a ser humana.

O endereçamento da palavra materna carregada de libido, ensina a psicanálise, recorta sobre a indeterminação orgânica de base *zonas erógenas* e instala *pulsões parciais* que enlaçam a cria ao corpo materno. Sobre o gozo assim instalado, o *significante* destacado das palavras captura simbolicamente as pulsões pela operação do recalque e inscreve uma perda de gozo. Em suma, essa produção primordial do *objeto a* instala a emergência mesma do bebê no registro

do desejo ou, para sermos mais específicos, a emergência e o desdobramento da sujeição do bebê ao *desejo* e ao *gozo* no interior do campo da palavra e da linguagem.

A cria *sapiens* nasce dotada do reflexo de sucção, dentre outros. Condição necessária para poder mamar, porém insuficiente, pois é indispensável que haja uma mulher que a tome nos braços e lhe ofereça mamar, assim como também se ofereça “em” e “com” seu seio ao choro do recém-chegado. Sabe-se que a sucção pode se perder se o reflexo não é sustentado. É por isso que em não poucas UTIs neonatais há tempos passou a ser permitido que as mães levem seus pequeninos ao peito, além da quantidade de leite que possam de fato vir a mamar. A disponibilidade do reflexo de sucção, com toda a fragilidade que lhe é inerente, demonstra claramente que a sorte da humanidade está lançada num além do organismo. A humanidade da cria está em causa no desejo que sujeita uma mãe.

Em medicina, a partir da ideia pioneira do embriólogo holandês Louis Bolck (1866-1930), entende-se que o recém-nascido padece do caráter anatomicamente inacabado do sistema piramidal e, por isso, carece de uma integração sintética das informações proprioceptivas. O revestimento de mielina do sistema neurológico necessita de vários anos de infância. Ele é fundamental para a transmissão e síntese neurológicas das informações.

Nas primeiras décadas do século XX, esteve na moda realizar comparações entre a “inteligência” dos animais e a das crianças pequenas. Chamava a atenção, em particular, o comportamento de cada um diante do espelho. O médico e psicólogo francês Henri Wallon – personalidade também de destaque no campo da educação escolar – formulou uma

série de precisões que foram retomadas depois, por outro francês – também originariamente médico e já falecido – chamado Jacques Lacan. Este último soube encontrar, nas observações de Wallon, a oportunidade de pensar não só o que estava em pauta a partir do prisma do inconsciente, senão também vislumbrar que o tema se revestia de interesse para o avanço da própria teorização psicanalítica.

Em 1936, Lacan formulou a tese conhecida como “O estádio do espelho”, que possibilita compreender, em psicanálise, as transformações vividas por um bebê entre os seis e dezoito meses de vida¹⁵. Segundo ela, o bebê antecipa o domínio sobre sua imagem corporal através de uma *identificação* com sua própria imagem. Dessa maneira, dá início à conquista de um acabamento imaginário de sua incompletude real assim como de um lugar de sujeição no campo da palavra e da linguagem, graças ao qual se instala a emergência de uma fala.

Um bebê recém-nascido não sustenta o olhar, não sorri, apesar de estar tomado por uma série de movimentos quase espasmódicos. No entanto, essa espécie de caos começa logo a se ordenar. Por exemplo, em torno de dois e três meses o olhar é fixado, o bebê “conversa”, o sorriso se esboça, a cabecinha começa a “estar em seu lugar”; aos quatro meses, mais ou menos, senta-se com apoio; aos seis, sem apoio, aparece o engatinhar; depois, aos nove, agarra-se em algo e, assim, já consegue se pôr de pé. Por volta do primeiro ano de idade, emerge talvez a primeira palavra clara e distinta; aos dois anos é provável que se possa dizer que o bebê já fala e, portanto, que é uma criança pequena não mais *infans*. Por sinal, as próprias crianças de mais de três anos

¹⁵ Cf. “El estadio del espejo como formador de la función del Yo (Je) tal como se nos revela en la experiencia psicanalítica”, apud LACAN, 1985.

reservam o termo “bebê” para o ser que ainda não fala e, ao contrário, “criança” para se referir a si mesmas.

Entre o primeiro e o segundo ano é o período durante o qual o bebê entende quase todas as ordens simples da vida cotidiana, apesar de que possa ainda não falar ou que, simplesmente, repita apenas algumas poucas palavras. Em algum momento, o(a) menino(a) será capaz também de dizer uma palavra que não tenha referência empírica imediata, bem como uma palavra que expresse uma escolha ou uma iniciativa, surpreendendo seus pais que, assim, perguntam-se: “De onde tirou isso?”¹⁶

Entre os dois e os três anos, o pequeno usará pela primeira vez o pronome pessoal EU. Termo interessante que coloca de forma aguda o problema da referência. Quem é esse “eu” que se diz EU? A referência do Eu é o próprio ato de enunciar EU e mais nada. Como o pequeno chega a dizer EU? O fato de enunciar EU indica a conquista de um lugar de enunciação no interior do campo da palavra e da linguagem. Sua enunciação se torna possível porque a criança começou a se fazer “alguém”, adquirindo certo “ser”, certa consistência – simbólica e imaginária – no campo da linguagem que não é outra que aquela que a sujeição à própria palavra outorga ao significante. Por sua vez, a conquista de um lugar abrirá *ipso facto* uma nova questão: o “lugar” está marcado – como tudo na vida humana – pela distinção anatômica entre os sexos. Assim, abre-se uma nova problemática para a criança pequena. O pequeno sujeito é lançado, como todo herói na dramática grega, ao encontro de seu destino. Freud, no texto *La Disolución del Complejo de Edipo* (1924a), afirmou – parafraseando uma máxima napoleônica –

¹⁶ Pergunta que, por sinal, denota como tendemos a achar que a palavra resulta da *imitação* de um modelo – de preferência os mesmos pais. No decorrer do raciocínio, insistirei justamente no contrário.

“a anatomia é o destino”. O real da distinção anatômica dos sexos deve ser simbolizado. Em outras palavras, podemos afirmar – parafraseando nesta oportunidade o título de um dos textos de Freud reservados diretamente ao tema¹⁷ – que o pequeno sujeito não deve recuar em tirar as consequências psíquicas da distinção anatômica dos sexos.

O recém-chegado deve se enganchar ao campo da linguagem graças à palavra. Esse enganche, ou sujeição, não está organicamente dado: trata-se de um trabalho psíquico no qual “o próprio bebê” se implica inconscientemente. Freud o chamou de *identificação*.

A primeira resposta diante do espelho é a ausência de interesse. Porém, aos poucos, se esboça uma primeira diferença: o bebê fixa o olhar no espelho no qual aparecem refletidos ele e sua mãe. Busca, então, esse olhar que o mira, vindo do espelho. Porém, não se reconhece. Como se ele visse um outro bebê junto à sua mãe. Um bebê que sorri porque está com ela, assim como vê sua mãe sorrindo para ele. Um bebê, nos primeiros meses, não diferencia os objetos reais das imagens. Portanto aquela da qual falamos agora não se trata de sua imagem, nem de nenhuma outra imagem, trata-se de outro bebê real. Nosso bebê da experiência sente em carne própria a sua indeterminação. Assim, o “outro” do espelho lhe parece completo e, ainda por cima, satisfeito por estar com sua mãe. Isto torna explosiva a situação: nosso bebê ama e odeia esse “outro” nos braços de sua mãe. Quer ser como ele, pois sua mãe o deseja, pois o bebê viu como os olhos de sua mãe brilham e como o tom de sua voz muda cada vez que está com esse outro do espelho. Não há lugar para os dois, logo nosso bebê tem que ocupar o lugar desse outro bebê.

¹⁷ *Algunas consecuencias psíquicas de la diferencia sexual anatómica* (1925).

A tensão mortífera *amódio*¹⁸ encontra a sua resolução quando o bebê abalanchando-se sobre seu companheiro imaginário se faz esse outro, alienando-se e identificando-se nessa imagem de completude. Em certo sentido, ingere esse outro, cuja digestão produz um efeito ortopédico em seu corpo. Cabe lembrar, por sinal, esse tempo – bem conhecido dos educadores da primeira infância – que os bebês passam se mordendo mutuamente¹⁹. A identificação nessa imagem produz uma antecipação psíquica ou imaginária da unificação do corpo que assim começa a virar próprio. O bebê finalmente se reconhece na imagem que o espelho reflete. A imagem deixa de ser um outro bebê, passando a ser uma imagem e, mais ainda, a sua própria²⁰. Esse reconhecimento é celebrado com júbilo não só pela criança como também pelos pais.

Esse drama é vivido com a imagem no espelho, porém o ultrapassa. Basta lembrarmos as famosas perguntas: Que aconteceria nos lares onde não há espelhos? Que acontecia naqueles tempos históricos quando o espelho não era tão comum como nos atuais?

A imagem em questão na experiência especular é aquela refletida no olhar brilhante e na voz encantada de uma mãe que fala de “seu filho” a seu filho. Essa imagem é “esse aquele outro” ao qual a mãe se refere utilizando a terceira pessoa quando fala ao bebê. O bebê em determinado momento focaliza e se identifica nessa imagem que sua mãe

¹⁸ Lacan reúne os termos *haïn e énamoration* – ódio e amor.

¹⁹ Lembrem-se de que as mães – ao menos as de língua espanhola – beijam o bebê que não conseguem de fato comer. O morder do bebê marca o retorno da pulsão instalada via recalque do erotismo materno.

²⁰ Lembro-me da vez que minha filha respondeu a sua mãe, que tinha perguntado onde estava Sofia, assinalando-se a si mesma levando a mão ao peito. Uns meses antes, havia assinalado a menina refletida no espelho do banheiro, onde por meses as fraldas foram trocadas.

produz e reflete. Nesse momento, o bebê incorpora esse outro de quem ela fala o tempo todo. Esse outro virtual só aparece no horizonte e advém como objeto carregado de libido porque a fala materna assim o vivifica, recortando-o no ponto de fuga do discurso. Caso contrário, não há desdobramento algum da experiência especular e, portanto, o bebê correria o risco de ficar instalado numa espécie de não lugar que abre a porta para o autismo.

Dessa forma, neste tempo primordial que Freud chamava da pré-história do Complexo de Édipo tem lugar a emergência do sujeito graças à operação de uma série de identificações, manifestações precoces de laço afetivo e social. Essas primeiras identificações, à diferença daquelas do período sexual edipiano, são “diretas, imediatas e anteriores a toda carga de objeto” (1923: 2.712). A identificação imaginária no bebê projetado pela mãe possibilita o esboço do EU e da imagem corporal. No entanto, há também em jogo uma outra identificação da ordem do ser. A imagem especular vale a libido depositada pela fala materna. Isso significa que o bebê projetado – assim como as pérolas que são secretadas a partir de um corpo estranho – encobre um elemento diferencial oriundo do seio da voz materna. Pois, quando o bebê incorpora oralmente a imagem, ingere também esse outro elemento. Que emerge do seio da voz materna?

Freud afirmou, em *Psicologia de las masas y análisis del Yo* (1921: 2.585), estar em jogo nestes primeiros tempos preparatórios do Complexo de Édipo uma identificação primordial com o pai. Essa nova identificação se daria, entretanto, na esteira da primeira fase de organização da libido, ou fase oral²¹, na qual Freud localizava a operação *princeps* da

²¹ Por isso mesmo eu me permito dizer que o bebê engole a imagem especular. Até que ponto o outro do espelho do Lacan não é o seio digerido e perdido na fase oral do qual falava Freud?

identificação ao seio por incorporação oral²² ou canibal (1905: 1.210). Assim sendo, esse pai primordial é incorporado, engolido e feito carne²³, pois passa a fazer parte do ser mesmo do sujeito. Por ocasião do texto *El Yo y el Ello* (1923: 2.712), Freud precisou tratar não do pai, mas de ambos, pai e mãe, porque “não haveria valoração distinta antes da descoberta da diferença dos sexos”. Em suma, trata-se de uma identificação à indistinção sexual em si mesma ou, se preferirmos, ao princípio mesmo de sua possível distinção psíquica.

Isso que emerge do “umbigo” da voz materna é esse princípio mesmo da possibilidade da distinção psíquica dos sexos, isto é, o Falo enquanto significante amo – S₁ – operante no campo da palavra e da linguagem²⁴. O Falo esteve em causa quando do (des)encontro entre uma mulher/mãe e o homem. O bebê se dá de cara com o Falo na identificação à imagem. Contudo, ele é disjunto e, portanto, produz outros efeitos. Neste caso, a identificação ao *Falo* simbólico é a gênese de uma outra instância psíquica que Freud chamou *Ideal do Eu*. Essa *identificação simbólica* não é exaustiva. É parcial. É como se o sujeito pudesse tão só focar uma parte, um traço. No entanto, esse traço *unariza* o sujeito, ou seja, engata o bebê como *um* na fala²⁵. O bebê consegue enganchar nesse

²² Freud assinala que o fato de o bebê comer o seio faz deste um objeto perdido. O objeto revestido de valor libidinal é o seio perdido e, portanto, destacado da mãe. A perda o eleva ao estatuto de *objeto a*, bem como destaca o significante da falação materna. É o significante que fixa a pulsão instalada pela falação.

²³ A ser retomado no final do livro por ocasião de comentarmos *Totem e Tabu*.

²⁴ O umbigo da voz é o *objeto a*. Na voz materna – assim como nas entranhas recheadas da mãe kleiniana – o bebê se dá de cara com o Falo e o “a”, os quais, juntos, encorpam o tirano protopai da horda primitiva.

²⁵ Cf. LACAN. Seminário 9 sobre *A identificação* (inédito).

lugar a ele reservado no interior do campo da palavra e da linguagem. A afirmação freudiana, objeto de controvérsias – *Wo Es war, soll Ich werden* –, nesta oportunidade cairia como uma luva na sua interpretação mais rasteira: “o Eu deve advir no lugar d’Isso” (cf. FREUD, 1932a: 3.146; LACAN, 1985: 399-400).

O bebê, agora instalado no lugar daquele bebê do qual e para quem sua mãe tanto falava, passa a falar do lugar desse outro e, portanto, referir-se a si mesmo em terceira pessoa. No entanto, depois de certo tempo, a criança pequena passa a se apresentar perante os outros e a se referir a si mesma como EU²⁶. Isto é, o EU passa a ser um dos objetos do sujeito da enunciação. A partir desse lugar conquistado se instala a possibilidade de enunciar EU, o que implica, por sua vez, paradoxalmente, no esvaziamento do pouco ser agenciado no instante enunciativo anterior. É preciso enunciar EU para sê-lo, porém a mesma enunciação entranha o esvaziamento do lócus conquistado ou, se preferirmos, faz uma marca no próprio ser do Um. Por isso, quem diz EU é compelido a se lançar numa frase e depois numa mais, e mais outra, na expectativa de recuperar um significado perdido. O ser que agora é, também sabe que não se esgota na imagem. Instala-se uma tensão no “ser da criança”, pois uma parte do hipotético “si-mesmo” é um “ser-outro”, mais precisamente é um ser para a mãe. Emerge, assim, uma primeira tensão desejante e discursiva que instala um *sujeito cindido*.

²⁶ Minha filha tinha dos dois anos quando fez nesses dias na escola de educação infantil uma máscara de carnaval. Certo dia, com o rosto coberto, entra no escritório onde eu estava lendo e eu pergunto-lhe em espanhol “¡Ah! ¿Quién se esconde detrás de esa mascarita?” Tamarinha foi a minha surpresa quando ela, retirando com delicadeza a máscara, responde com determinação: “¡Yo!”

Nesse lugar conquistado, o bebê fica sujeito metonimicamente ao desejo materno. Ele se fez falo imaginário da mãe, onde se entende por Falo a chave do desejo, ou seja, a resposta ao interrogante que o desejo comporta – *Che vuoi?* O que quer de mim o Outro? A criança tendo feito a pergunta a si, responde-se: o Outro quer Eu! O Outro me quer aí no EU!

Esse momento reclama um seguinte, qual seja a possibilidade de deixar para trás essa posição de objeto referente à satisfação materna recentemente conquistada. Se isso não fosse possível, o pequeno correria o risco de ficar grudado ao desejo materno, como ocorre nas psicoses.

O passo a ser dado desdobra o drama edipiano. Sem esse passo, que conduz da mãe ao pai, não há desdobramento dramático, não há movimento entre os personagens da novela familiar. A tensão inerente à posição fálica da criança reclama o recorte no horizonte de uma figura de estofado semelhante: um pai imaginário capaz de desalojar a criança de sua posição com relação ao desejo materno. Esse passo reabrirá a questão mais ou menos suturada no momento anterior. A criança agora interroga quem tem a chave do desejo. Não é uma pergunta que se instale da noite para o dia. A criança a sustenta entre os quase três e os cinco ou seis anos de idade. Segundo Freud, esse é o tempo do Édipo e de sua intensa experiência.

A pergunta em torno do Falo tem como pano de fundo a relação incestuosa com a mãe, com o desejo materno. A introdução de uma insegurança, de uma fenda na satisfação por parte da própria mãe abre a possibilidade de um giro no cenário. É como se a mãe plantasse uma dúvida no horizonte. O pequeno se pergunta: talvez Eu não seja tudo para ela? E a criança “pensa” em certo sentido no registro do “todo”. Não há lugar para a “diferença”. Em outras palavras, a inconsistência do Outro materno empurra a criança

a alojar aí um pai tanto amado quanto temido, com o qual passa a se haver.

Meninos e meninas na primeira infância sustentam uma série de estranhas teorias sexuais, dizia Freud (1908). Em cada uma delas a diferença anatômica entre os sexos é negada à sua maneira. As *teorias sexuais infantis* são uma forma de nada querer saber do desejo, sempre em causa no (des)encontro entre uma mulher/mãe e um homem. A diferença anatômica entre os sexos dá um conteúdo imaginário à interrogação em torno do desejo e, portanto, sobre a existência, ou não, de uma chave capaz de abri-la ou fechá-la.

A qualidade infantil dessas teorias sexuais independe da contingência educativa, ou seja, não depende da geografia, da relatividade histórica, da diferença de classes, etc. Uma delas é a premissa universal do pênis: todos os meninos e meninas fantasiam que há apenas um sexo e que esse seja o masculino. Esse é o ponto de partida. Quando da primeira confrontação do destino da realidade anatômica a resposta possível é não tomá-la como tal, isto é, como simples diferença no real, a criança conclui que falta um pênis. Se um pênis falta onde deveria estar, então, não há diferença sem razão. A resposta infantil encontra uma razão aí onde não há de fato razão alguma: é assim porque falta um pênis. Em outras palavras e lembrando a célebre afirmação lacaniana "não há proporção sexual", cabe dizer, então, que a resposta infantil é: há razão e proporção.

A mãe é mulher, porém tanto o menino quanto a menina não veem a diferença sexual e, portanto, a disjunção entre a mãe e uma mulher. Agora, algo falta à mãe e quem tem o que falta a ela é o pai. Os pequenos supõem que o pai possui o Falo, quer dizer, a chave do desejo que faz falta. O pai, como qualquer mortal, não possui de fato essa chave, porém, é suposto – pelo infantil sujeito – como sendo seu possuidor.

O menino pequeno será tomado pela angústia de castração. Experimentará, imaginariamente, o corte da relação incestuosa e metonímica com o desejo materno como ameaça de perder seu pênis, efeito de retaliação do pai. O pai, por conseguinte, é fantasiado como personagem privador, frustrador e castrador. Tal fantasia possibilita ao menino deslocar-se de posição na relação com a mãe. Novamente essa situação reclama uma resolução, sob pena de o menino ficar preso numa rivalidade imaginária, claramente inibidora, com esse pai detentor do Falo e da mãe. Assim, aceita a castração da relação incestuosa com o desejo materno por medo de perder seu pênis. Trata-se de um corte simbólico e inconsciente. No entanto, a operação possível nesse momento da vida tem um lastro imaginário e ainda infantil: a perda do pênis.

A fantasia de um pai privador, frustrador e castrador dá lugar a um pai doador. O pai aparece agora como personagem capaz de doar ao filho a chave de acesso ao mundo dos grandes. O menino identifica-se simbolicamente num traço do pai. Porém, para chegar a grande mesmo ainda falta, portanto, até lá, o menino deverá tomar a sopa, escovar os dentes e ir à escola. O menino entra no que Freud chamou de *latência*, na espera de quando for grande toda essa experiência de privação seja apenas uma longínqua lembrança. O lastro imaginário da operação de castração tenciona a mesma do lado da privação entendida como a falta real nas mãos de um agente imaginário (pai privador) de um objeto simbólico (Falo). No entanto, a juventude não traz a chave esperada. Ao contrário, reabre a experiência, uma vez que a nova confrontação com a anatomia como destino exige uma resposta diferente daquela fabricada na infância: aceitar que o Outro é castrado²⁷ – o fato mesmo de que a

²⁷ Ou se preferirmos: que não há Outro do Outro.

chave do desejo não existe, pois está perdida para sempre. Essa nova exigência de trabalho psíquico abrirá a construção da passagem adolescente e a depuração estritamente simbólica da *ideia de pai*, no dizer de Freud, e da castração. A ideia de pai não é a resposta ao querer da mulher, porém, ao menos possibilita ao sujeito se haver com ele de alguma forma singular. A propósito, Freud sentenciou haver dois interrogantes impossíveis de serem formatados, que tocam tanto ao homem quanto à mulher: "O que é um pai?" e "O que quer uma mulher?"

A menina pequena, confrontada ao destino, é passível de conjecturar outro raciocínio a partir da mesma teoria sexual infantil da premissa universal do pênis. Freud esclareceu três possibilidades (cf. FREUD, 1924a, 1932c). A menina não pode tecer qualquer conjectura; ela conclui que seu pênis é pequeno, mas crescerá ou, finalmente, que não o tem, porém sabe onde ir buscar um - ali, onde sua mãe olha, quer dizer, num homem. A menina, assim como o menino, tampouco acolhe a diferença. Registra uma falta de pênis e não uma simples diferença sem razão. No entanto, essa falta é creditada à mãe. A mãe a fez assim, de modo que ela também está privada de pênis. Desapontada, toma distância da mãe para aproximar-se do pai, fantasiado como possuidor da chave do desejo. Aqui, todavia, a pequena se engana novamente: o pai como homem tem um pênis, porém, não o Falo. Dessa forma, ela também entra na latência, e passa a concentrar suas forças em outras coisas. Ter o falo é uma questão de tempo, imagina, "Algum dia eu o receberei do papai!"

O falo é a razão do desejo. O desejo é o avesso da distinção anatômica. O falo é a razão da diferença. Para a menina, a espera de receber o Falo do pai se delineia imaginariamente no inconsciente como receber um bebê do pai. Freud afirmava que, no inconsciente, opera uma equivalência simbólica entre falo, pênis, bebê, dinheiro e fezes.

Com o passar do tempo, o pai não entrega o esperado por sua filha. No entanto, no interior dessa espera, se produz um deslocamento. A jovem espera "algo" dos homens que acaba adquirindo a forma de um voto do tipo "que o homem me trate como mulher!" O encontro com um homem reabre o mal-entendido sexual, pois não há razão ou proporcionalidade entre a satisfação masculina e a feminilidade, entre o gozo fálico e o da Mulher. Uma coisa é esperar que o homem a faça mulher e outra coisa é bancar uma mulher que causa o desejo viril de um homem.

Quando um homem e uma mulher se encontram, pode ser que apareça um bebê uns meses depois. A chegada do pequeno ao mundo reabre numa mulher a espera de algo do pai, de receber algo de um homem. Diante do recém-chegado, a mulher - tomada, assim como o homem, no interrogante sobre o querer da Mulher e o ser do Pai - agora pode participar do ser mãe. Aqui a história é relançada e já vimos que é sobre o fundo dessa espera(nça) de uma mãe que se instala a possibilidade da emergência do bebê no desejo.

O que move a história, ou aquilo que está em causa em seu desdobramento, é o gesto de uma mãe em entregar seu filho ao homem cujo desejo ela causa. O filho é produzido pela mãe, guarda uma relação metonímica com as entranhas maternas. Entretanto, pertence ao homem que a engravidou. O dom do produto de suas entranhas ao homem implica a metáfora de um pai: lança esse homem na experiência de usufruir do lugar de pai da criatura. O dom da mãe/mulher ao homem o produz pai. Isto é importante, pois se trata que a mulher recalque a espera de um filho de seu próprio pai - reparador do narcisismo infantil desgarrado pelo confronto com a diferença sexual - e em seu lugar consinta doar um filho a um homem marcado pela impossibilidade de ter o falo. Com esse gesto, uma mulher feita mãe reconhece em si mesma e no homem a castração,

ou seja, aceita inconscientemente que é impossível ter o Falo, quer dizer, que a chave do desejo está, bem como sempre esteve, perdida. Em outras palavras, a senhora deu à luz por amor um filho para um homem. Já outra história seria tê-lo tido para ela entregá-lo em oferenda à sua mãe ou ao seu pai, bem como achar que o recebeu via seu parceiro atual do pai fantasmado na infância. Sobre o particular, Françoise Dolto, à sua maneira, afirmava: "O verdadeiro instinto maternal só existe no interior de uma situação triangular com o pai da criança" (1994: 68).

A doação do produto das entranhas maternas por uma mãe/mulher possibilita precisamente que ela habite a mesmíssima disjunção entre a mãe e uma mulher. A não renúncia ao produto de suas entranhas, o não reconhecimento que o filho seja do pai, apaga a disjunção, torna equivalentes a mãe à Mulher, na esteira da clássica interpretação minimalista do raciocínio freudiano: o querer da mulher encontra resposta no ser simplesmente mãe (de um bebê *dado* pelo seu marido em substituição do pênis outrora esperado do pai). No entanto, uma outra leitura da letra freudiana permite afirmar que, precisamente, a doação ao homem possibilita à mãe ser de fato mãe, em outras palavras, fabricar uma posição singular com respeito à disjunção – inclusive assim agora reconhecida – entre a mãe e uma mulher.

É conhecida a lenda bíblica da decisão do rei Salomão para colocar fim à disputa de duas mulheres pela posse de uma criatura. A renúncia de uma das duas mulheres para se evitar o pior é reconhecida – e assim simbolizada – por Salomão como inerente a uma mãe. Bem podemos dizer que ambas as mulheres bíblicas atuam no interior de uma mesma mãe. Isto é, toda mãe que renuncia a reintegrar o produto de suas entranhas se faz não toda mãe – mãe/mulher. Uma mãe é produzida pela própria operação de metáfora do Nome do Pai. O desejo, assim, é posicionado no seu devido lugar: sexual, infantil e inconsciente.

Retomo novamente as coordenadas do desejo, precisamente, para não olvidá-las, pois se corre o risco de reduzir o tempo da infância a uma imaginária novela afetiva. O caráter sexual do desejo atrela o mesmo à distinção anatômica dos sexos sem a qual não viríamos à luz da vida. O sexual releva corpos marcados por uma diferença real. O desejo é infantil, pois visa ao gozo incestuoso do apagamento do desprendimento corporal. O desejo é inconsciente, pois só pode ser estritamente sexual e infantil sob a condição da operação simbólica do recalque. É uma impossibilidade lógica e, portanto, só é enquanto recalçada. Caso contrário, como conjugar, por um lado, os corpos marcados pela diferença e, pelo outro, o apagamento do desprendimento corporal?

Toda criança saída das entranhas de uma mãe/mulher dá de cara com o caráter enigmático do desejo graças à função do significante. No entanto, a mãe é um mal-lugar para se fabricar respostas singulares. Deverá ir alhures.

O desejo de uma mãe, produzido pela operação de metáfora do Nome-do-Pai, causa a educação primordial, a educação dos primeiros tempos, como também dos fundamentos, precisamente aquela da fundação psíquica. Sem palavra materna e sem desejo não há educação possível. Condição necessária, porém não suficiente. O bebê deve fazer sua parte: conquistar um lugar nos sonhos dos outros.

Só há educação no interior do campo da palavra e da linguagem. É impossível saber, de antemão, os efeitos da intervenção educativa, quer dizer, das iniciativas familiares. Sejam quais forem, todo recém-chegado sempre deverá se haver com o casal parental, articulado pela função significante da linguagem instauradora da dialética demanda-desejo.

A relação entre os sexos é sempre desproporcionada, isto é, o chamado gozo fálico não guarda proporção alguma com a feminilidade. Portanto, o casal parental produz um resto significante ao qual a criança se engancha na conquista de um lugar. Às vezes, esse lugar pode revelar-se um mal-lugar sintomático do casal parental, e a criança pode, assim, sofrer por não poder deslocar-se metaforicamente dessa posição inibitória, vindo a trilhar um percurso diferencial.

No entanto, a psicanálise nos põe em alerta sobre uma torção possível na posição dos pais que bem pode abrir a porta para um destino funesto. Os pais podem não querer saber de ser gente comum, quer dizer, de estarem sujeitos ao não saber sobre o desejo, uma vez que a chave esteve sempre perdida. Em outras palavras, os pais podem bem querer aproveitar a chegada do bebê para, assim, lançar-se à impostura: "nós temos a chave nas mãos!"

Uma mãe pode querer guardar seu bebê para si. Se "reintegra o seu produto", então, é porque esse bebê é de fato aquele que ela fantasiava inconscientemente, quando menina, receber do pai a título de reparação da castração imaginária ou privação. Dessa forma, essa mãe se lança à impostura: não há castração, pois o bebê é o falo.

De outra feita, um homem pode não querer dispor-se a que o ponham num lugar suposto de pai, ao tempo que deve se haver com o desejo por uma mulher. Por não saber como se arranjar com a falta de saber sobre o que é um pai, pode também preferir a impostura de ter o Falo. Em outras palavras, o pai pode bem bancar aquele que tem a chave do desejo. Logo, ele não deseja. Não é um homem comum tomado no desejo alimentado por uma mulher. Tem certeza de tudo: o filho é seu próprio produto e sua mulher é simples mãe improdutiva de metáforas. Ou, ao contrário, não sabe nada, pois a mãe da criatura tudo sabe ou, na continuidade metonímica, repassa a qualquer outro

profissional sabe-tudo. O seu filho deixa de ser "seu" filho e a mãe, deste, uma mulher.

Quando um ou ambos os pais caem decididamente na impostura, para a criança as coisas se complicam. O casal parental recusa estar tomado na falta de proporção simbólica e, assim, encorpa um fantasma materno que reclama para si a criatura como objeto. A educação torna-se um fato de difícil acontecimento.

Para haver educação primordial, tem que ter gente comum disposta a enunciar, em algum momento e com certa tranquilidade espiritual, esta frase – puro artifício – à *cria sapiens*: "faz o que estou mandando, pois eu sou tua mãe... pois eu sou teu pai".